

Surge a nova *Dívida Externa* estratégia dos devedores

por Celso Pinto
de Cartagena

A tese da importância da negociação política da dívida externa saiu bastante reforçada no fecho da reunião de onze países latino-americanos em Cartagena, na Colômbia. A nota conjunta, o "Consenso de Cartagena", enumera dezesseis propostas concretas, exorta os credores ao diálogo e à responsabilidade e, muito importante, fixa um mecanismo de ação conjunta.

Está previsto que estes mesmos países se reunirão antes da próxima assembleia anual do FMI, em setembro. Por sorteio, foi escolhido Buenos Aires como sede deste encontro. Ao governo argentino foi atribuída a função de "secretaria provisória", com a tarefa de facilitar o intercâmbio de informações sobre a questão da dívida, promover contatos com os outros países em desenvolvimento fora da região e com os governos dos países credores, com órgãos fi-



**Ramiro Saraiva
Guerreiro**

nanceiros internacionais e com os bancos.

O documento aprovado em Cartagena é firme, mas não pode ser classificado de radical. Repete e consolida iniciativas anteriores, mas avança em pontos importantes em direção a uma ação coletiva.

Como advertiu o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, "nada pior do que induzir a opinião pública a equívoco, por isto não que-

remos criar uma expectativa excessiva sobre os efeitos de Cartagena". Mesmo dentro das sutilezas e da necessária lentidão do processo diplomático, de toda forma, pode-se dizer que a discussão política da dívida avançou, ao longo desta semana, à beira do Caribe colombiano.

As propostas concretas, como queria o Itamaraty, de fato avançam mais do que estava colocado na declaração de Quito, do início do ano. Pede-se, por exemplo, que os bancos passem a utilizar o custo de captação como base para os empréstimos e que, ademais, reduzam ao mínimo as taxas de intermediação. Em outro item, são feitas sugestões para que o FMI altere, em três pontos substantivos, seus critérios de condicionalidade.

A parte mais nova, de toda forma, é a que concentrou a maior parte dos esforços dos chanceleres e ministros de Fazenda do Brasil, Argentina, México, Colômbia, Venezuela, Chile, Bolívia, Equador, República Dominicana, Peru e Uruguai. Foi o que se chamou de "seguimento" de Cartagena, ou seja, o que fazer no futuro. A Argentina, em particular, atribuiu enorme importância em obter, nesta reunião, a mais firme, coesa e precisa manifestação de solidariedade latino-americana na discussão da dívida. Mesmo sem tratar, em nenhum momento, de casos particulares, para a Argentina a decisão da ação conjunta serve, na prática, como um respaldo em suas duras negociações.

A forma final do "seguimento" respeitou, como pedia o Brasil, a idéia de não formalizar nem rotinizar o mecanismo de ação conjunta.

(Continua na página 13)